

**A
REESTRUTURAÇÃO
ESPACIAL E AS
NOVAS FORMAS DE
SUJEITOS E
CONFLITOS NAS
RELAÇÕES
GEOGRÁFICAS DESTE
COMEÇO DE SÉCULO**

*Spacial renewal and its social conflicts
forms in the actual geographycs
relations*

*La reestructuración del espacio e las
nuevas formas de clases e tensiones
sociales en las relaciones geográficas de
los comienzos del siglo XXI*

RUY MOREIRA

Universidade Federal
Fluminense

E-mail:
ruymoreira@uol.com.br

Resumo

Analisa-se neste trabalho as relações da atual reestruturação espacial com um conjunto de novas realidades expressas nos fenômenos da globalização, da biorrevolução e da emergência da hegemonia do capital rentista. E enfatiza-se o significado do surgimento de uma ordem espacial rentista substitutiva da ordem industrial e suas respectivas formas de regulação espacial para as relações de classes neste começo de século.

Palavras-chave: reestruturação espacial, globalização, biorrevolução, regulação espacial, complexidade.

Abstract

This text analyses the relations between space, globalization and biorevolution and its relationships with emergency of a new space order and the rentier capital hegemony. The consequence of this new space order and its hegemony by rentier capital is an introduction of new forms of classis tensions as territorial conflicts involving indians or peasants communities and agrobusiness interprises.

Keywords: space renewal, globalization, biorevolution, space regulation, complexity

Resumen

En este texto se hace el análisis de las conexiones entre la reestructuración del espacio e la globalización, la biorrevolución y la hegemonía del capital especulativo. Y también de los efectos de la orden espacial del capital especulativo sobre la emergencia de las clases territoriales y los embates que ellas travan com las empresas del agrobusiness.

Palabras-clave: reestructuración espacial, globalización, biorrevolución, regulación espacial, complejidad.

Três grandes mudanças entrecruzadas dominam as relações geográficas nesta virada de milênio: a globalização, a complexificação e a biorrevolução. E correspondem em termos espaciais a uma mudança, respectivamente, na escala, no modo da interação entre os lugares e na forma da ação da técnica. A mudança de escala tem relação com a criação de nova forma de espacialidade diferencial, a do modo de interação dos lugares com a instituição da estrutura em rede e a da forma de ação técnica com o surgimento bioespaço, podemos assim também dizer.

Todo esse conjunto de mudanças forma o que a literatura vem chamando de reestruturação. E que está relacionada a um novo quadro de sujeitos da organização do espaço. Por um lado, o capital rentista tem a hegemonia da reestruturação e a conduz no sentido de levá-la a concretizar seu domínio. Por outro lado, as classes territoriais, expressão que usarei na falta de uma nomenclatura mais apropriada, advindas da própria reestruturação, nela intervêm ativamente.

A globalização: a nova qualidade de espacialidade diferencial

A globalização é a escala geográfica segundo a qual a história humana, uma vez tornada mundial, passa a se organizar. É a culminância da progressão escalar de um processo histórico que tem origem nas transformações ocorridas na sociedade feudal no noroeste da Europa entre os séculos X e XIV e que daí sucessivamente se amplifica em escala de abrangência de território até tornar-se mundial. A fonte inicial dessas transformações é o renascimento mercantil e urbano, sua melhor expressão é o surgimento da manufatura e seu motor é a seqüência de transformações que ocorrem nos meios de transferência (transportes, comunicações e transmissão de energia), centrados naquela época nas comunicações e nos transportes, portanto na esfera da circulação.

Mas é a espacialidade diferencial complexa a sua forma. Esclareçamos. A espacialidade diferencial é o conceito de escala formulado por Lacoste (1988). É um conceito qualitativo de escala que para os fins de nossa análise tem seu eixo estrutural na relação entre as esferas da produção e da circulação existente em cada momento da história, variando essa relação em sua forma em função da dimensão e do conteúdo no tempo (MOREIRA, 2006).

Cada aspecto do real forma um conjunto espacial dentro da estrutura da espacialidade diferencial, diz Lacoste. Há um conjunto-clima, um conjunto-relevo, um conjunto-campo, um conjunto-cidade, e assim sucessivamente. Estes conjuntos espaciais se organizam e se superpõem em seus recortes sem que haja coincidência territorial entre eles, de modo que seu todo é uma superposição sequencial de recortes entrecruzados. Pode-se, assim, tomar como ponto de referência qualquer nível de recorte para se visualizar o conjunto do arranjo de espaço que então se forma, a paisagem sendo o que vê o olhar na perspectiva dessa referência. Daí

Lacoste chamar nível de representação e nível de conceitualização a este nível de referência do olhar, a arrumação total montada pelo olhar sendo a espacialidade diferencial propriamente.

A espacialidade diferencial, assim, é uma para cada tempo, contrastando a espacialidade diferencial da sociedade tradicional e a da sociedade moderna. O contraste vem da forma como a esfera da circulação organiza espacialmente a esfera da produção em cada tempo, aqui precisamente intervindo o nível do desenvolvimento tecnológico dos meios de transferência.

Nas sociedades tradicionais a relação com o entorno não ultrapassa o horizonte do ambiente vivo (flora e fauna) imediato e da vila. O nível do desenvolvimento das forças produtivas pouco permite além da capacidade de transformar elementos locais da natureza viva e de trocar produtos no âmbito estrito da vila. O núcleo da vida econômica é o artesanato, uma forma de indústria que é parte de uma economia autônoma familiar, onde praticamente não se separam a produção e o consumo, a indústria e a agricultura, o consumo e o mercado, de modo que a relação dos homens não vai além do contato com as formas vivas da natureza – as plantas e animais que lhes servem de matéria prima – e de um raio de extensão de relação territorial que não ultrapassa a vila.

Lacoste resume esta forma histórica de espacialidade diferencial nestes termos:

Outrora, na época em que a maioria dos homens vivia ainda para o essencial, no quadro da auto-subsistência aldeã, a quase totalidade de suas práticas se inscrevia, para cada um deles, no quadro de um único espaço, relativamente limitado: o “terroir” da aldeia e, na periferia, os territórios que relevam das aldeias vizinhas. Além, começavam os espaços pouco conhecidos, desconhecidos, míticos. Para se expressarem e falar de suas práticas diversas, os homens se referiam, portanto, antigamente, à representação de um espaço único que eles conheciam concretamente, por experiência pessoal (LACOSTE, 1988:53).

Antigamente, cada homem, cada mulher percorria a pé o seu próprio território (aquele no qual se inscreviam todas as atividades do grupo ao qual pertencia); ele encontrava seu pontos de referência, sem dificuldade, nesse espaço *contínuo*, no qual nenhum elemento lhe era desconhecido (idem:45)

E observa que era ela ainda a forma de organização do espaço em pleno fim de século XIX:

Os aldeões que são ainda, em grande parte, agricultores, no fim do século XIX conheciam bem o “terroir” de sua comuna, os

limites de sua paróquia onde se exerciam então a maioria de suas práticas espaciais (deslocamentos para os trabalhos agrícolas e para a caça, por exemplo). Conheciam menos os "terroir" das comunas vizinhas, mas eles tinham ali relações familiares. Além de um círculo de uma dezena de quilômetros de raio, eles não conheciam mais grande coisa, salvo ao longo da estrada que leva à cidade, onde alguns deles iam para o mercado local semanal. Da mesma forma a capital do cantão, onde se encontram o médico, o escrivão, os policiais. Os aldeões escutam falar do departamento e da nação ou do Estado, mas essas são, para eles, representações bastante vagas, que têm, sobretudo a nação, um papel ideológico importante. A maioria das práticas espaciais habituais do grupo aldeão (e mesmo de cada família) se inscreve num pequeno número de conjuntos espaciais de dimensões relativamente restritas e encaixadas umas nas outras" (ibidem:46).

Nas modernas sociedades capitalistas a estrutura é infinitamente mais intrincada, a começar pela divisão territorial do trabalho e das trocas que o modo de produção capitalista institui e não pára de se ampliar. Divisão territorial do trabalho e das trocas que vem, justamente, da separação entre produção e consumo, consumo e mercado, indústria e agricultura, campo e cidade, e, assim, entre as esferas da produção e da circulação com o que as sociedades tradicionais se transformam nas modernas sociedades capitalistas. A esfera da produção está centrada na indústria. A esfera da circulação no mercado. E o elo é feito pelos meios de transferência (transportes e comunicações mais desenvolvidos). A relação se exprime numa forma de um arranjo típico: a esfera da produção é de localização pontual e distribui seus pontos dentro do arranjo de uma divisão territorial do trabalho que se diversifica continuamente, ao passo que a esfera da circulação tem natureza abrangente e se exprime através do intercâmbio das trocas, cabendo-lhe realizar a integração total do arranjo.

O nível de capacidade de transformação dos elementos naturais do meio desloca a fonte de matérias-primas das formas vivas de plantas e animais para as inorgânicas dos minérios. E o nível de escalas das interações espaciais por sua vez desloca as relações do homem para o horizonte sem limites do planeta. Todavia, o que este ganha em escala de grandeza territorial, perde em escala de totalidade de convívio de mundo, o homem passando a relacionar-se com o mundo em migalhas.

Lacoste assim resume essa espacialidade diferencial:

Hoje, as coisas mudaram muito e a massa da população se refere, mais ou menos conscientemente, através de práticas as mais diversas, a representação do espaço extremamente numerosa que permanecem, na marcha dos casos bastante

imprecisas. De fato, o desenvolvimento das trocas, da divisão do trabalho, o crescimento das cidades, fazem com que para cada um o espaço (ou espaços) limitado do qual ele pode ter o conhecimento concreto não corresponda mais que a uma pequena parte somente de suas práticas sociais. As pessoas, cada vez mais diferenciadas profissionalmente, são individualmente integradas (sem que elas tomem claramente conhecimento disso) em múltiplas teias de relações sociais que funcionam sobre distâncias mais ou menos amplas (relação entre patrão e empregado, vendedor e consumidor, administrador e administrado, etc). Os organizadores e os responsáveis por cada uma dessas redes, isto é, aqueles que detêm os poderes administrativos e financeiros, têm uma idéia precisa de sua extensão e de sua configuração; quando um industrial ou um comerciante não conhece bem a extensão do mercado, ele manda fazer, para ser mais eficaz, um estudo onde será possível distinguir a influência que ele exerce (e que poderá ter) a nível local, regional, nacional, levando em consideração suas posições concorrentes. Em contrapartida, na massa dos trabalhadores e consumidores, cada qual só tem um conhecimento bem parcial e bastante impreciso das múltiplas redes das quais ele depende e de sua configuração. De fato, no espaço, essas diferentes redes não se dispõem com contornos idênticos, elas “cobrem” territórios de portes bastante desiguais e seus limites se encavalam e se entrecruzam (LACOSTE, 1988: 44-45).

A globalização é essa espacialidade diferencial estruturada nessa escala espacial de relação mais ampla entre as esferas da produção e da circulação, mas que para o homem se revela uma forma de vivência menos total, num paradoxo em que quando mais ele se mundializa mais se perde na relação de mundo.

A complexificação: um complexo-rede

Lacoste nos convida, assim, a ver dois momentos de escala da espacialidade diferencial no tempo: à primeira chamaremos espacialidade diferencial simples e à segunda espacialidade diferencial complexa. Vimos como a transição de uma para outra se deu, acompanhando o nascimento e o desenvolvimento da relação das esferas da circulação e da produção junto ao desenvolvimento do capitalismo. Vejamos agora em que consiste a complexidade nessa espacialidade diferencial globalizada.

O capitalismo emerge através de uma configuração espacial que fragmenta, ao tempo que integra o espaço do planeta em diferentes pedaços, de modo a atender a duas necessidades: de um lado a formação do Estado-nação e de outro a formação

de uma divisão territorial internacional mundialmente integrada do trabalho e das trocas. Isto conduz a uma formação espacial em tudo contraditória. O capital fragmenta o espaço em Estados nacionais (países), ao tempo que o integra numa divisão internacional do trabalho e das trocas. Ou, visto de outro ângulo: fragmenta-o no plano mundial, o plano da multiplicação dos Estados nacionais, e unifica-o no plano interno, o plano da jurisdição particular de cada Estado nacional. De modo que a unificação nacional leva à fragmentação mundial e a unificação mundial leva à fragmentação nacional.

A constituição do Estado francês no período jacobino da revolução burguesa é um bom exemplo dessa espacialidade diferencial contraditória. Fortemente centralizado, o Estado jacobino unifica a língua pátria, impondo o idioma francês aos vários idiomas que então formavam o território em unificação; os instrumentos de pesos e medidas, impondo o metro, o litro, o quilo numa dimensão padrão para todo o território nacional; e o sistema de ensino, impondo uma mesma grade de disciplinas para todas as escolas fundamentais. Este ato de demarcar e unificar o território, multiplicado por todo o planeta no correr dos séculos XVIII ao XX é a origem do mapa político do mundo atual.

No geral, é a divisão territorial do trabalho e das trocas o eixo estruturante dessa dialética de fracionamento e unificação do espaço. De um lado, há uma divisão territorial interna do trabalho e das trocas dividindo e integrando regionalmente o Estado nacional por dentro. De outro lado, há uma divisão territorial internacional do trabalho e das trocas dividindo-os e integrando-os numa relação internacional por fora. São as relações entre as esferas da produção e da circulação que respondem pelo equilíbrio relativo dessa formação espacial nacional-internacional contraditória: o trabalho distribui e diferencia a produção em áreas pelo território e as trocas as articulam e dão integralidade num todo já em si solidário pela interdependência dos seus respectivos produtos. Isto internamente e internacionalmente.

Mas são as trocas o elo dinâmico da configuração. Por isso é do seu crescimento que vem a complexidade. No período da espacialidade diferencial simples, em que a produção é realizada por uma multiplicidade de pequenas unidades familiares e as trocas são feitas por comerciantes que sujeitam os produtores através essa intermediação mercantil (subsunção formal), as relações de troca são de fluxos ainda simples e de caráter local ou regional. A expansão das trocas leva o mercado a evoluir para o nível nacional. O impulso vem de um contínuo desenvolvimento técnico dos meios de transferência, que empurram a indústria para patamares cada vez mais elevados, até chegar à revolução industrial, quando, num processo de inversão, ela se emancipa da tutela da intermediação mercantil e sujeita e reorganiza a esfera da circulação sobre a base de uma divisão territorial do trabalho e das trocas mais complexa e desenvolvida em sua estrutura

(subsunção real). Essa divisão territorial do trabalho e das trocas consolida a unidade do território nacional, num movimento em que a dinâmica econômica da infraestrutura se regula na solda institucional da superestrutura.

A separação funcional entre a cidade e o campo é a base de constituição dessa divisão territorial do trabalho e das trocas. A interdependência entre ambas forma o elo por onde as trocas vão organizar a unidade dos espaços, tomando a cidade como ponto chave. Por meio das trocas cidade e campo se integram para formar uma unidade regional. E sobre a base dessa divisão regional então se ergue a organização do espaço nacional como um todo. Esta é a divisão territorial do trabalho e das trocas interna dos Estados nacionais.

Essa divisão e interdependência entre cidade e campo e entre regiões do âmbito interno se reproduz no plano da relação mundial entre os Estados nacionais na forma de uma divisão do trabalho e das trocas em nível internacional, que cumpre o mesmo papel de diferenciar e integrar os espaços através a ascendência a ação das relações de mercado agora entre os Estados.

Toda uma configuração de espaço marcada pela presença de uma profusão de fronteiras – entre cidade e campo, entre regiões e entre Estados nacionais – assim nasce, caracterizando a forma de complexidade estrutural da espacialidade diferencial moderna.

Tudo isso se relaciona ao estado do desenvolvimento técnico dos meios de transferência, que a tudo subjaz. A escala técnica dos meios de transferência do capitalismo atrasado (MANDEL, 1982) – grosso modo, a fase da primeira revolução industrial – pouco avançou ainda em relação ao que era no período da espacialidade diferencial das sociedades tradicionais. O nível do desenvolvimento existente só permite organizar a circulação dos produtos num horizonte de espaço ainda vinculado ao mercado local e/ou regional. É o período em que os transportes terrestres dependem ainda das vias carroçáveis e a ferrovia pouco vai além dos limites territoriais daqueles níveis de mercado, razão porque as relações internacionais entre metrópoles e colônias, servidas pelo transporte marítimo de longo curso, são às vezes mais produtivas que as internas do próprio país-metrópole. Daí a configuração em uma multiplicidade de regiões uniformes tanto nacional quanto internacionalmente. O grande salto vem com o capitalismo avançado, o capitalismo da segunda revolução industrial, marcado por extraordinário desenvolvimento técnico dos meios de transferência, seja dos transportes, seja das comunicações, e, sobretudo agora, dos meios de transmissão de energia em que a esfera da circulação parte para recobrir em rede a superfície do planeta de uma forma rápida e ubíqua, superando a polarização das cidades e a regionalização como forma de espaço decorrentes da divisão territorial do trabalho e das trocas da primeira fase. A configuração do espaço-rede é o resultado final disso.

Entretanto, o espaço em rede abre para a autonomização e emergência do capital rentista. E para uma forma de relação circulação-produção advindo dessa emergência em que o papel da articulação dos espaços passa para a órbita direta da circulação do dinheiro (SANTOS, 1999). O capital rentista é uma fração do capital industrial-financeiro que por volta de 1970 dele se autonomiza, assumindo o governo e a integração do espaço, provocando a quebra das antigas formas espaciais de regulação industrial e promovendo a queda das fronteiras que daí advinham.

Forma típica de capital sem fronteiras, o capital rentista recria as esferas da produção, da circulação e das relações entre elas a partir da reestruturação das empresas. Então, para estabelecer uma configuração de espaço mais conforme com suas necessidades de livre movimentação, ele desmonta e remonta as formas de regulação espacial criadas pela indústria capitalista em sua fase de ascensão, altera os arranjos da divisão territorial do trabalho e das trocas nascidas do mundo industrial e cria uma forma de espacialidade diferencial centrada numa rede de complexos. Tudo com base na integração e fusão estrutural dos setores no nível das empresas.

A biorrevolução: a reinvenção dos paradigmas

A biorrevolução é uma peça chave na montagem dessa espacialidade diferencial complexa. Ela é o efeito da terceira revolução industrial, que podemos entender como uma grande transformação que ocorre a partir dos anos 1970 nos campos cruzados da ciência e da tecnologia e cujo epicentro pode ser localizado na engenharia genética e na informática, a primeira impactando os processamentos produtivos e a segunda os meios de transferência. O seu fundamento geral é a linguagem binária, uma estrutura sígnica baseada em dois dígitos que substituem os dez dígitos da estrutura decimal clássica, possibilitando um diálogo antes bloqueado entre as ciências, entre estas e a tecnologia e conseqüentemente entre as ciências e tecnologias e a natureza, significando no limite a instituição de um novo paradigma de relação do homem com o meio ambiente natural.

Falam a linguagem binária a informática, a microeletrônica e a biologia molecular. Indo da matemática, rompida com a linguagem decimal, aos processos de síntese da vida, o binarismo favorece assim um diálogo dos saberes ao redor da relação do homem com a história e a natureza ilimitado.

A engenharia genética é o fruto principal do binarismo. Com ela se estabelece um formato novo de ciência e de técnica e, então, de relação entre técnica e ciência, que rapidamente chega ao âmbito dos processamentos produtivos, aproximando a agricultura e a indústria e promovendo uma fusão dos seus espaços.

Biorrevolução é então o termo empregado para referir-se a este paradigma

que se centra nos métodos binários da engenharia genética e que baliza o novo tipo de relação de espaço e de conhecimento científico do mundo pelo homem (RIFKIN, 1999; e CAPRA, 2002 e 1996).

A base técnica da biorrevolução é processo do DNA recombinante, segundo o qual plantas e animais são modificados a partir da reformatação de sua estrutura genética. De modo que significa a instituição no campo da economia de um novo parâmetro para os processos produtivos tanto da indústria quanto da agropecuária, com forte apelo à fusão de ambos setores na forma da agroindústria, no campo dos conhecimentos do conceito da natureza como coisa viva, binária e holista, tomada a partir da compreensão de que todos os fenômenos e movimentos da natureza são mobilizados para a realização do processo de síntese da vida no planeta; e no campo dos sistemas de energia da biomassa como nova forma de energia, em substituição às formas de energia fóssil nas diversas áreas de consumo de energia da sociedade moderna.

A reestruturação: as fronteiras em recuo

A reestruturação é a definição dos termos da nova forma de organização espacial da sociedade moderna que vem desse conjunto de emergências, a partir da eliminação das fronteiras.

As fronteiras eram a forma de regulação espacial própria da fase industrial. Colada à realização mercantil do valor, a reprodução do capital industrial necessitava organizar-se em circunscrições espaciais demarcadas e definidas, engendrando uma organização de espaço especializada e separada ao extremo. Daí a matriz regional. Cada âmbito de mercado dispunha de regras próprias, válidas para aquele âmbito regional ou nacional. Daí o conflito dos níveis interno-externos da divisão territorial industrial do trabalho e das trocas. O crescimento constante do raio de ação territorial das indústrias e o acirramento das disputas de mercado que isto engendra, traz, entretanto, a necessidade de reestruturar as escalas de divisão do espaço continuamente, acirrando em formas novas o formato contraditório, ao mesmo tempo fracionado e integrado, de espaço que vimos. É uma engenharia espacial complicada, que sempre tem que ser revista sem que o capital industrial perca o comando, a fronteira atuando como horizonte da regulação e controle.

A junção da autonomização do capital rentista e do abarcamento do planeta numa rede global de circulação muda tudo isso. Vem a globalização. E a reestruturação.

A transformação vem inicialmente através um conjunto de ações de mudança voltadas exatamente para o tema da rigidez e das fronteiras, aqui sob o nome de pós-fordismo, ali de pós-moderno e acolá de neoliberalismo, todos destinados a

desconstruir os paradigmas então existentes e a por no seu lugar modos mais flexíveis de organização e movimentos. O pós-moderno visa reconfigurar as estruturas de pensamento da sociedade moderna. E o neoliberalismo as estruturas institucionais. O pós-fordismo as estruturas materiais. Um e outro eliminando respectivas fronteiras da totalidade prevalecente.

Três planos de reestruturação estão, portanto, aqui envolvidos: a da fronteira do pensamento, a da fronteira das instituições e a da fronteira dos territórios. A primeira refere-se à fronteira que separa e isola o conhecimento em campos científicos autônomos e dissociados, que surge como paradigma positivista de ciência nos meados do século XIX. A segunda refere-se à fronteira dos Estados nacionais que se multiplica a partir do mesmo período, ampliando-se com a libertação colonial do pós-guerra. E a terceira refere-se à fronteira dos arranjos espaciais segmentados em regiões de mercado e áreas de produção especializadas, que avança pelo mundo com a propagação da divisão territorial do trabalho e das trocas da indústria e da escala de tecnologia da segunda revolução industrial. Todas têm em comum a fragmentação. Para cada uma mobiliza-se uma frente de desconstrução: para a fronteira do pensamento, o pós-moderno; para a fronteira das instituições, o neoliberalismo; e para a fronteira dos territórios, o neo-fordismo. E para cada qual vem a corresponder uma equação reestruturante: para a fronteira do pensamento, o holismo; para a fronteira das instituições, o Estado-caixeiro viajante; e para a fronteira dos territórios, a rede-global. Todas encaixadas no paradigma de complexidade.

Os novos sujeitos do espaço

É quando surgem os novos sujeitos da história, caracterizados, num primeiro plano, pelos conflitos de territorialidade que se estabelecem entre as empresas organizadas com epicentro no capital rentista e as classes territoriais.

O rentismo aparece como o sujeito hegemônico. É a sua hegemonia quem dá o sentido comum à cadeia das reestruturações, fazendo-a convergir na direção do seu interesse. É ele que engendra o fim das fronteiras. E é ele também que integra a economia numa estrutura nova de que o complexo de empresas é o melhor exemplo. O ponto de partida é uma mudança na natureza societária da indústria. Por isso, em que pese a hegemonia rentista, ou talvez por isso mesmo, toda a estrutura da empresa complexa é montada com centro de referência numa grande indústria.

Dois grandes formatos de complexo de empresas pode ser aqui pensado: o das indústrias de montagem e o das agroindústrias. O eixo do domínio é o endividamento generalizado, e a nova natureza do excedente que leva tudo a sujeitar-se à subordinação ao rentismo.

A indústria sempre foi, por si mesma, um complexo espacial. Transformadora e interativa, no que a distingue estruturalmente da agropecuária e dos serviços, a indústria centra uma estrutura relacional que articula o espaço em uma rede relações de montante e de jusante. Como cada indústria é, ao mesmo tempo, montante e jusante de outra, e isto quanto maior o leque da divisão e especialização setorial e territorial do trabalho, a rede espacial de uma se entrecruza com a rede espacial de outra, o conjunto transformando o espaço nacional de um país num complexo de redes de indústria. Assim, é esta configuração que se globaliza quando o fenômeno industrial se difunde pelo mundo com o surgimento dos meios de transferência da segunda revolução industrial, lançando as bases para organizar a economia capitalista avançada num espaço-rede, um complexo de complexos em rede global.

O interesse do capital rentista se vale dessa configuração para ainda torná-lo mais complexa ao centrá-la em si. Assim, cada grande indústria passa a se desdobrar numa empresa revendedora e numa empresa de financiamento do consumo e o melhor exemplo é o setor automobilístico. Compra-se um automóvel de uma dada firma industrial, numa revendedora que tem o seu mesmo nome e paga-se a dívida sob o financiamento de uma empresa de crédito ao consumo de mesmo nome de batismo, todas transferindo obrigações tributárias e acumulando juros em cima de juros sobre o consumidor. Elimina-se com isto a divisão setorial e territorial do trabalho que separava produção, venda e financiamento em empresas de ramos e razão social diferentes, as fronteiras se estabelecendo agora entre os complexos de empresas. É esta estrutura que propicia a propagação da regulação toyotista, que flexibiliza os movimentos produtivos da indústria e, através o sistema informatizado do *just-in-time* (JIT), une balcão e oficina. E permite a criação de uma divisão internacional inter-industrial de trabalho típica de empresa montadora. A exemplo de como há tempos se organiza o setor automobilístico. Também aqui elimina-se fronteiras, dissolvendo-se as economias auto-sustentadas dos países industrializados antes da emergência da hegemonia rentista, onde todas as fases do processamento de um mesmo produto se faziam dentro das fronteiras internas do país, cada fase agora devendo processar-se num país diferente, a montagem se fazendo num deles, numa interdependência que dissolve a autonomia e subordina todos eles a um pequeno número de grandes empresas, organizadas na estrutura do interesse do capital rentista, e transforma os governos em seus caixeiros-viajantes (vide a pauta dos governos e a estrutura e temas das reuniões do Fórum Econômico Mundial, que se realizam anualmente).

Mas é o complexo agroindustrial o exemplo mais completo dessa estrutura de complexos em rede e rede de complexos. O complexo agroindustrial também tem seu ponto estruturante numa grande indústria. Mas reúne em sua abrangência a totalidade dos ramos da antiga divisão setorial/territorial do trabalho. Todavia,

é o setor da agropecuária a que a indústria se associa quem dá conteúdo e nomenclatura ao complexo, através um produto ou uma cadeia de produtos da lavoura e/ou da pecuária. A fusão da agricultura e da indústria puxa os demais ramos e setores para o seu centro e sua área geográfica de ocorrência, associando desde os serviços, insumos, sistema creditício, meios de transferência e a presença do Estado à sua estrutura complexa. Elimina-se, assim, tanto quanto os demais tipos de complexo, a fronteira entre os setores/áreas econômicas, eliminando-se – e este é um atributo do complexo agroindustrial –, a fronteira entre o campo e a cidade.

A rigor a fusão entre cidade e campo vinha já ocorrendo no estágio mais avançado da segunda revolução industrial. A ubiqüidade dos transportes, comunicações e sobretudo da transmissão da energia abriu para a fuga das indústrias das cidades para as áreas mais desafogadas do campo (seja devido aos custos da concentração industrial criados pela deseconomia de escala/aglomeração e seja das pressões ambientais), que terciariza as cidades e industrializa os campos, e, então, funde no mesmo espaço a indústria e a agropecuária.

A engenharia genética faz o resto.

É neste sentido que melhor se manifesta o novo e nele aparece a principalidade da biorrevolução. A bioindústria significa uma revalorização e retorno da centração da produção e acumulação capitalista para a terra, estabelecendo em plena economia industrial avançada a renda fundiária rural como forma-valor privilegiada de suas relações. E com isso privilegia classes e segmentos sociais relacionados ao trabalho com a terra e deslocando, ainda que conjunturalmente, o centro dos conflitos de classes da cidade para o campo urbano-industrializado e do proletariado industrial, e sua forma-valor trabalho, para as classes territoriais e a forma-valor a elas correspondente, numa forte mudança do caráter e significado do mundo do trabalho (MOREIRA, 2002).

E é isto que faz vir à na superfície da história as sociedades tradicionais – comunidades indígenas e camponesas – detentoras do manancial dos conhecimentos genéticos mais antigos e hoje demandados pela reestruturação tecnocientífica e produtiva, como classes modernas (pós-modernas?), que, então, se organizam e entram com suas demandas na brecha política assim aberta, na verdade, numa reafirmação de tese antiga de Rosa Luxemburgo (MOREIRA, 2006b).

Trava-se, então, uma relação a um só tempo de conflito e de coabitação entre o capital e essas formas não-capitalistas de sociedade. Numa ponta, ali onde o capital avança sua rede de complexos sobre o espaço de tradição dessas sociedades, se confrontam em conflitos de territorialidades. Numa outra ponta, ali onde os saberes avançados da ciência e os saberes do senso-comum intercambiam seus conhecimentos, dialogam. São os momentos de um período

que transita para a fase de forma de organização socioespacial para a qual a reestruturação aponta.

Desfaz-se, assim, mais uma fronteira, aquela que separava as sociedades capitalistas, sinônimo de sociedades modernas e por isso dignas de fazer a história, das sociedades tradicionais, sinônimo de sociedades do modo de produção mercantil simples, tomadas como supostamente ultrapassadas no tempo e mortas para a história. Então, ao lado da reestruturação rentista se posiciona a dessas sociabilidades, oferecendo-se dois caminhos opostos de desdobramento de história nesta virada de século.

Bibliografia

CAPRA, Fritjof. *As Conexões Ocultas. Ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

_____. *A Teia da Vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

LACOSTE, Yves. *A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra*. São Paulo: Editora Papirus, 1988.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MOREIRA, Ruy. Teses para uma geografia do trabalho. *Ciência Geográfica*, n. 22, p.19-23, 2002.

_____. *Para onde vai o pensamento geográfico?* São Paulo: Editora Contexto, 2006a).

_____. Da partilha territorial ao bioespaço e ao biopoder (sobre a atualidade da teoria clássica do imperialismo). *Panorama da Geografia Brasileira*. Volume 2. São Paulo: Annablume/Anpege, 2006b.

RIFKIN Jeremy. *O Século da Biotecnologia*. São Paulo : Makron Books, 1999.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Niterói, n. 1, p. 7-13, julho de 1999.